



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANHOS
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO GP Nº 085/2025.

Paranhos/MS, 22 de dezembro de 2025.

“Regulamenta a permuta das jornadas de trabalho em regime de plantão, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especifica.”

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PARANHOS**, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando a necessidade assegurar a continuidade do atendimento hospitalar, a eficiência do serviço público e a adequada organização administrativa do Hospital Municipal para assegurar a continuidade dos serviços prestados, em regime ininterrupto;

Considerando a natureza essencial das atividades hospitalares e a exigência de funcionamento permanente e a regularidade dos serviços públicos de saúde prestados à população;

Considerando a necessidade de disciplinar, de forma uniforme, as jornadas de trabalho e as escalas de serviço dos servidores públicos lotados no Hospital Municipal;

DECRETA:

Art. 1º A permuta somente é permitida entre servidores da escala de cada Unidade, dentro de um mesmo mês, desde que devidamente autorizada e formalizado pela Direção Administrativa e respectivo responsável técnico.

§ 1º A permuta deverá ser protocolizada na Direção Administrativa, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data do plantão a ser permutado.

§ 2º No prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas após o requerimento de que trata o caput deste artigo, a Direção Administrativa deverá dar ciência da decisão, devidamente formalizada.

§ 3º Caso o requerimento de permuta seja indeferido ou, ainda que deferido, os servidores não tomarem ciência da decisão, permanecerão as datas constantes da escala de plantões.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANHOS
GABINETE DO PREFEITO**

§ 4º O servidor que não comparecer ao plantão permutado receberá as faltas correspondentes à ausência injustificada.

§ 5º Somente serão admitidas dentro do mesmo mês de referência:

- I.** 03 (três) permutas nas jornadas de trabalho/plantões de 06 (seis) ou 08 (oito) horas diárias;
- II.** 02 (duas) permutas nos plantões de trabalho de 12 (doze) horas;
- III.** Cada servidor poderá permutar no máximo 03 (três) plantões a cada escala mensal.

§ 6º É vedada a permuta de plantões entre servidores sem a anuência da Coordenação Administrativa e respectivo responsável técnico.

Art. 2º. Não será autorizada a permuta de plantões nos casos em que um dos servidores apresentem:

- I.** processo de adoecimento recente, tendo sido afastado das atividades ordinárias nos últimos 30 (trinta) dias por atestado médico;
- II.** processo administrativo ou disciplinar em andamento;
- III.** 5 (cinco) ou mais faltas injustificadas nos últimos 60 (sessenta) dias;
- IV.** descumprimento de sua carga horária global nos últimos 30 (trinta) dias superior à 5% (cinco por cento);

Art. 3º. Não será autorizada a permuta de plantões nos casos em que sua autorização implique em:

- I.** Intervalo intrajornadas seja inferior a 11 (onze) horas;
- II.** A realização do plantão em substituição implique em extrapolação da jornada, sujeita ao pagamento de horas extraordinárias;
- III.** Implique em quaisquer acréscimos financeiros ao município, derivados direta ou indiretamente da permuta concedida.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANHOS
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 4º. É vedado a qualquer servidor se ausentar do serviço durante o expediente sem prévia autorização do chefe imediato.

§1º O servidor que necessitar ausentar-se do serviço por ocasião de caso fortuito ou por motivo de força maior deverá preencher o requerimento contido no Anexo I a este Decreto e submetê-lo à Direção Administrativa ou ao Responsável Técnico de seu setor, que decidirá o pedido.

§2º A ausência do servidor devidamente documentada, não dispensa o lançamento de falta e o respectivo desconto.

Art. 5º. Os servidores deverão permanecer durante todo o plantão em seus postos de trabalho, salvo no período de repouso ou alimentação, quando a demanda de atendimento assim permitir.

Art. 6º. Qualquer indício de favorecimento, irregularidade ou fraude quanto ao cumprimento da quantidade de plantões estabelecidos neste Decreto, ensejará abertura de sindicância, ou ainda, instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar, sujeitando-se o infrator às penalidades estabelecidas na legislação aplicável.

Art. 7º. Os casos omissos serão resolvidos pela Direção Administrativa, juntamente com o responsável técnico da organização, cuja conclusão será submetida à apreciação do Secretário Municipal da Saúde.

Parágrafo único. Caberá a Direção Administrativa, juntamente com o responsável técnico a organização e registro de todas as ocorrências relacionadas a este Decreto, que deverá ser mantido devidamente documentado.

Art. 8º. Fica a Secretaria Municipal da Saúde autorizada a editar normas complementares necessárias à fiel execução das disposições deste Decreto.

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranhos, Estado de Mato Grosso do Sul, aos 22 dias do mês de dezembro de 2025.


HELIOMAR KLABUNDE
Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE PARANHOS

Terça-feira, 23 de dezembro de 2025

Ano III | Edição nº 415

Conforme Lei Municipal
Página 2 de 9

PODER EXECUTIVO
Atos Oficiais
Decretos

DECRETO GP Nº 085/2025. Paranhos/MS, 22 de dezembro de 2025.

“Regulamenta a permuta das jornadas de trabalho em regime de plantão, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, conforme específica.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANHOS. Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando a necessidade assegurar a continuidade do atendimento hospitalar, a eficiência do serviço público e a adequada organização administrativa do Hospital Municipal para assegurar a continuidade dos serviços prestados, em regime ininterrupto;

Considerando a natureza essencial das atividades hospitalares e a exigência de funcionamento permanente e a regularidade dos serviços públicos de saúde prestados à população;

Considerando a necessidade de disciplinar, de forma uniforme, as jornadas de trabalho e as escalas de serviço dos servidores públicos lotados no Hospital Municipal;

DECRETA:

Art. 1º A permuta somente é permitida entre servidores da escala de cada Unidade, dentro de um mesmo mês, desde que devidamente autorizada e formalizada pela Direção Administrativa e respectivo responsável técnico.

§ 1º A permuta deverá ser protocolizada na Direção Administrativa, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data do plantão a ser permutado.

§ 2º No prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas após o requerimento de que trata o caput deste artigo, a Direção Administrativa deverá dar ciência da decisão, devidamente formalizada.

§ 3º Caso o requerimento de permuta seja indeferido ou, ainda que deferido, os servidores não tomarem ciência da decisão, permanecerão as datas constantes da escala de plantões.

§ 4º O servidor que não comparecer ao plantão permutado receberá as faltas correspondentes à ausência injustificada.

§ 5º Somente serão admitidas dentro do mesmo mês de referência:

I. 03 (três) permutas nas jornadas de trabalho/plantões de 06 (seis) ou 08 (oito) horas diárias;

II. 02 (duas) permutas nos plantões de trabalho de 12 (doze) horas;

III. Cada servidor poderá permutar no máximo 03

(três) plantões a cada escala mensal.

§ 6º É vedada a permuta de plantões entre servidores sem a anuência da Coordenação Administrativa e respectivo responsável técnico.

Art. 2º. Não será autorizada a permuta de plantões nos casos em que um dos servidores apresentem:

I. processo de adoecimento recente, tendo sido afastado das atividades ordinárias nos últimos 30 (trinta) dias por atestado médico;

II. processo administrativo ou disciplinar em andamento;

III. 5 (cinco) ou mais faltas injustificadas nos últimos 60 (sessenta) dias;

IV. descumprimento de sua carga horária global nos últimos 30 (trinta) dias superior à 5% (cinco por cento);

Art. 3º. Não será autorizada a permuta de plantões nos casos em que sua autorização implique em:

I. Intervalo intrajornadas seja inferior a 11 (onze) horas;

II. A realização do plantão em substituição implique em extrapolação da jornada, sujeita ao pagamento de horas extraordinárias;

III. Implique em quaisquer acréscimos financeiros ao município, derivados direta ou indiretamente da permuta concedida.

Art. 4º. É vedado a qualquer servidor se ausentar do serviço durante o expediente sem prévia autorização do chefe imediato.

§ 1º O servidor que necessitar ausentar-se do serviço por ocasião de caso fortuito ou por motivo de força maior deverá preencher o requerimento contido no Anexo I a este Decreto e submetê-lo à Direção Administrativa ou ao Responsável Técnico de seu setor, que decidirá o pedido.

§ 2º A ausência do servidor devidamente documentada, não dispensa o lançamento de falta e o respectivo desconto.

Art. 5º. Os servidores deverão permanecer durante todo o plantão em seus postos de trabalho, salvo no período de repouso ou alimentação, quando a demanda de atendimento assim permitir.

Art. 6º. Qualquer indicio de favorecimento, irregularidade ou fraude quanto ao cumprimento da quantidade de plantões estabelecidos neste Decreto, ensejará abertura de sindicância, ou ainda, instauração de Processo Administrativo Disciplinar, sujeitando-se o infrator às penalidades estabelecidas na legislação aplicável.

Art. 7º. Os casos omissos serão resolvidos pela Direção Administrativa, juntamente com o responsável técnico da organização, cuja conclusão será submetida à apreciação do Secretário Municipal da Saúde.

Parágrafo único. Caberá a Direção Administrativa, juntamente com o responsável técnico a organização e registro de todas as ocorrências relacionadas a este Decreto, que deverá ser mantido devidamente documentado.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE PARANHOS

Terça-feira, 23 de dezembro de 2025

Ano III | Edição nº 415

Conforme Lei Municipal
Página 3 de 9

Art. 8º. Fica a Secretaria Municipal da Saúde autorizada a editar normas complementares necessárias à fiel execução das disposições deste Decreto.

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranhos, Estado de Mato Grosso do Sul, aos 22 dias do mês de dezembro de 2025.

HELIOMAR KLABUNDE
Prefeito Municipal

DECRETO GP Nº 086/2025. Paranhos/MS, 22 de dezembro de 2025.

“Regulamenta a jornada de trabalho dos servidores públicos municipais em exercício no Hospital Municipal de Paranhos, e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANHOS. Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX do art. 102 da Lei Orgânica do Município e arts. 74, 75, caput e 268 da Lei n. 668, de 11 de dezembro de 2019,

Considerando a necessidade assegurar a continuidade do atendimento hospitalar, a eficiência do serviço público e a adequada organização administrativa do Hospital Municipal para assegurar a continuidade dos serviços prestados, em regime ininterrupto;

Considerando a natureza essencial das atividades hospitalares e a exigência de funcionamento permanente e a regularidade dos serviços públicos de saúde prestados à população;

Considerando a necessidade de disciplinar, de forma uniforme, as jornadas de trabalho e as escalas de serviço dos servidores públicos lotados no Hospital Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Os servidores lotados no Hospital Municipal de Paranhos cumprirão a jornada de trabalho na modalidade de escala de serviço, em períodos de seis ou doze contínuos, respeitados os direitos funcionais, os limites legais de carga horária e as normas estatutárias.

§ 1º As escalas de seis e de doze horas terão intervalo para descanso, respectivamente, de trinta e sessenta minutos, respectivamente, podendo ser fracionadas dentro do período da escala, sendo essas pausas consideradas como cumprimento de carga horária mensal do cargo.

§ 2º O regime de escala de serviço não se aplica aos ocupantes do cargo e função de Motorista no Hospital Municipal.

Art. 2º A jornada de trabalho dos servidores do Hospital, observadas as peculiaridades das atividades hospitalares e a continuidade do serviço público de saúde, será cumprida em regime de turnos da seguinte forma:

I - diurno de seis horas diárias, de segunda a sexta-feira, das seis às doze horas ou das doze às deztois horas;

II - noturno de doze horas ininterruptas, das dezoito horas de um dia às seis horas do dia seguinte, cumprido em escala de doze por trinta e seis horas.

Parágrafo único. O descanso de trinta e seis horas compensa, para todos os efeitos, o repouso semanal remunerado, observada a legislação vigente.

Art. 3º Os servidores que trabalharem nos turnos de seis horas cumprirão, obrigatoriamente, escala de plantão de doze horas ininterruptas aos finais de semana, em domingos inteiros, conforme programação previamente definida pela administração do Hospital Municipal.

§ 1º A escala de plantão será organizada de modo a garantir a continuidade do serviço, a alternância entre os servidores e a observância do interesse público.

§ 2º O plantão de serviço, realizado nos termos deste artigo, integra a jornada de trabalho do servidor, não se caracterizando regime extraordinário de trabalho.

§ 3º A organização das escalas de plantão observará o interesse público, a continuidade do serviço e a alternância entre os servidores.

§ 4º Os turnos de revezamento e ininterruptos, de modo a assegurar a cobertura integral das vinte e quatro horas do dia de funcionamento do Hospital, devendo o período de descanso ser revezado, sem prejuízo da prestação do serviço.

Art. 8º A definição dos turnos, o revezamento e a lotação dos servidores observará critérios técnicos, assistenciais e administrativos, fixados pela Direção do Hospital.

§ 1º O regime de doze por trinta e seis deverá constar expressamente da escala de serviço mensal, com indicação clara dos dias e horários de trabalho e de descanso.

§ 2º A adoção da jornada de seis horas não implica redução da carga horária mensal legalmente prevista para o cargo, multiplicada por cinco, devendo ser respeitado o quantitativo mensal estabelecido na legislação municipal.

§ 3º Compete à Direção do Hospital, podendo delegar a titular de cargo de chefia, definir a distribuição dos servidores nas escalas e autorizar ajustes pontuais, substituições e remanejamentos.

Art. 9º É vedado:

I - a realização habitual de jornadas superiores às previstas neste Decreto;

II - a dobra de plantões de forma reiterada;

III - a supressão dos períodos mínimos de descanso.

Art. 10. A troca de plantões entre servidores somente será permitida mediante:

I - anuência prévia da chefia imediata;

II - manutenção da carga horária regular;

III - inexistência de prejuízo ao serviço.

Parágrafo único. A troca de plantões deve observar os critérios e limites previstos na regulamentação estabelecida pelo Decreto n. 085/2025.

Art. 11. O controle da jornada de trabalho será realizado por meio de registro de ponto, manual ou